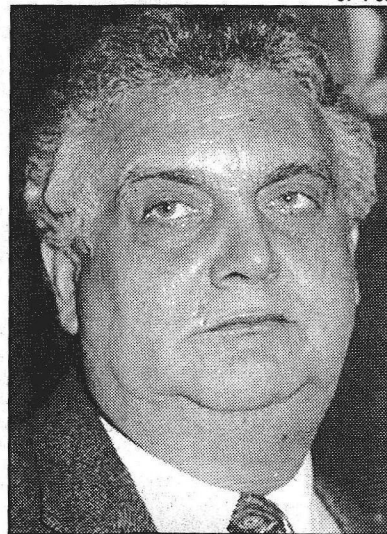


Pedida prisão preventiva de 6 acusados de fraudes na Saúde

A Procuradoria Geral de Justiça pediu ontem a prisão preventiva do ex-secretário estadual de Saúde Astor Pereira de Mello, do ex-presidente da Assembleia Legislativa José Nader, do deputado Aluísio de Castro, dos advogados José Augusto Ferreira da Silva Ramos e Carlos Alberto Rocha e do coronel da PM Carlos Armando Foli. Os seis são considerados o núcleo da quadrilha responsável por um rombo de mais de R\$ 10 milhões na Secretaria estadual de Saúde durante o Governo Brizola. O procurador-geral de Justiça, Hamilton Carvalhido, denunciou também outras 79 pessoas pelas fraudes. Todos os acusados responderão pelos crimes de formação de quadrilha e peculato e poderão ter seus bens seqüestrados pela Justiça.

O relator do processo será o desembargador João de Deus Lacerda Menna Barreto, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. O prazo para apresentação da defesa prévia é de 15 dias. A partir daí, o desembargador decide se aceita ou não a denúncia e decreta a prisão preventiva. A Assembleia Legislativa terá que dar autorização para que o deputado Aluísio de Castro seja processado. O procurador Car-

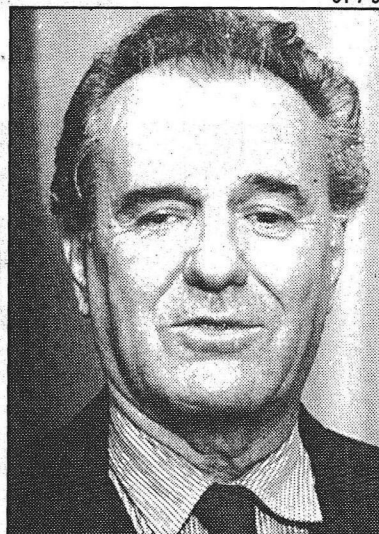


07-1-93

Aluísio de Castro, deputado

valhido não afastou a hipótese de que, no decorrer do processo, outras pessoas sejam denunciadas.

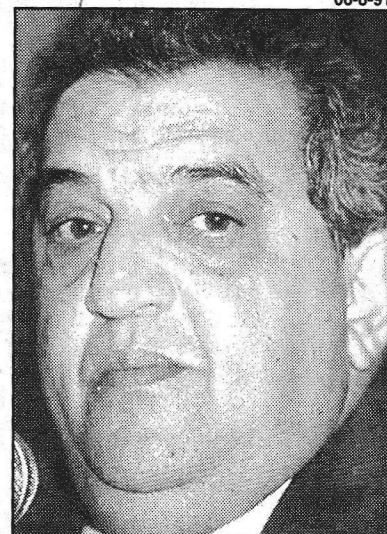
Dos outros denunciados, 31 são funcionários da Secretaria e 48 sócios gerentes de empresas envolvidas nas fraudes. Na denúncia de 60 folhas, Carvalhido aponta quatro modalidades de crime usadas pelos acusados: 17 desvios de dinheiro público, praticados no âmbito do Departamento de Insumos Básicos (DIB), relativos a pagamentos de



01-7-93

Astor de Mello, ex-secretário

material médico-hospitalar não entregue, com falsa atestação de entrega; sete desvios de dinheiro público, praticados nos hospitais Albert Schweitzer, Pedro II e Santa Maria, relativos também a pagamentos por material médico-hospitalar não entregue e com falsa atestação de entrega; dois desvios de dinheiro público feitos pela Secretaria e pelo Instituto de Dermatologia Sanitária, com pagamento de obras não realizadas; e cinco tentativas de desvio do dinheiro públi-



06-8-91

Nader, ex-presidente da Alerj

co no âmbito do DIB, havendo falsa atestação de entrega de mercadoria.

O procurador-geral Hamilton Carvalhido explicou que decidiu pedir a prisão preventiva de seis acusados das fraudes para garantir a instrução criminal, a ordem pública e a aplicação da lei penal. Ele teme que esses acusados possam fugir do país, a exemplo do que ocorreu com a advogada Jorgina Maria de Freitas, condenada por fraudar o INSS.